



CARANGOLA

CNPJ nº 07.063.934/0001-11

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas, a PCH Carangola com capacidade instalada total de 15 MW, e energia comercializada anual de 83,46 GWh, beneficiando aproximadamente 125 mil pessoas. A receita bruta de vendas em 2013 foi de R\$ 16,0 milhões, apresentando um lucro líquido da ordem de R\$ 7,8 milhões. A Administração:

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
Ativo	Nota	31/12/13	31/12/12
Circulante		2.362	2.425
Caixa e equivalentes de caixa	5	486	212
Contas a receber	6	1.799	2.136
Adiantamentos a funcionários		30	26
Impostos a compensar		-	26
Adiantamentos diversos		6	-
Despesas antecipadas		41	25
Não circulante		56.989	58.345
Ativos vinculados - BNDES	7	1.634	1.778
Impostos e contribuições diferidas	15 e 18	48	-
Depósitos judiciais		378	378
Imobilizado	8	54.444	56.102
Intangível	9	485	6
Diferido	10	-	81
Total do ativo		59.351	60.770
Passivo			
Circulante		8.374	7.372
Fornecedores		613	1.183
Financiamentos	12	4.180	4.219
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		27	32
Impostos e contribuições a recolher		207	187
Provisão para férias e 13º salário		141	143
Outros passivos		3	34
Receita diferida	1.1	712	-
Dividendos a pagar	11 e 13	2.491	1.574
Não circulante		24.670	27.859
Financiamentos	12	23.890	27.859
Provisões para compromissos futuros		21	780
Patrimônio líquido	13	26.307	25.539
Capital social		19.284	19.284
Reserva legal		1.480	1.091
Reserva especial		-	356
Reserva de retenção de lucro		-	4.808
Dividendos adicionais propostos		5.543	-
Total do passivo		59.351	60.770

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

1. **Contexto operacional:** A Carangola Energia S.A. ("Companhia") é uma subsidiária direta da PCH Participações S.A. e indireta da Brasil PCH S.A., e foi constituída em 16 de agosto de 2004 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua São Bento 8, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social o propósito específico (Sociedade de Propósito Específico - SPE) de implantar e explorar o potencial hidráulico de Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e comercializar energia elétrica nela gerada. A Companhia poderá, ainda, exercer todas as ações que possam, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, ser vinculadas ao seu propósito específico. A Companhia possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica, concedida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através das Resoluções nºs 356/1999 e 236/2005, para funcionar como PCH pelo prazo de 30 anos e está localizada no Rio Carangola, no Município de Carangola, em Minas Gerais, com capacidade de licença instalada de 15 Mw e uma linha de transmissão de 3,3 km de extensão. A contratação de energia gerada é feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), que determina que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia pelo prazo de 20 anos a contar do mês de junho de 2008. Em 24 de junho de 2008, através do Despacho ANEEL nº 2.342, a Companhia obteve autorização para iniciar a comercialização da energia gerada nas unidades 1 e 2, ambas com potência instalada de 7,5 Mw, atingindo, assim, sua capacidade total em operação de 15 Mw e energia anual assegurada de 83,8 GWh. O término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029. 1.1. Mecanismo de Realocação de Energia: A Companhia tem a totalidade da sua capacidade de geração hidrelétrica inserida no MRE, responsável por mitigar os riscos hidrológicos entre as usinas hidrelétricas que aderirem ao mesmo. Por força do PROINFA, todos os anos, sempre em setembro, a Companhia informa a sazonalização para a ELETROBRÁS considerar no Plano Anual do PROINFA do ano seguinte. As contabilizações são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e repassadas ao Agente de Comercialização do PROINFA (ELETROBRÁS), que, por sua vez, por força contratual repassa os seus efeitos à Companhia, no ano seguinte, em 12 parcelas. Por meio do Despacho ANEEL/SEM nº 335/13, de 08/02/13, as empresas titulares de empreendimentos incluídos no MRE ficaram autorizadas a revisar a sazonalização dos montantes de garantia física para o exercício de 2013, até 15 de fevereiro de 2013. Contudo, a revisão da sazonalização ex-post informado pela ELETROBRÁS até o mês de outubro 2013 foi de R\$961, e a Companhia projeta o valor de R\$712 para o exercício de 2013. A Administração acompanha o tema junto aos escritórios de advocacia para, caso necessário, adotar as providências cabíveis. 2. **Apresentação das demonstrações contábeis:** 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). 2.2. Bases de elaboração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. a. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. b. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas períodos são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. 3. **Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a. Instrumentos financeiros: i. Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. • Empréstimos e recebíveis: Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas no pagamento das obrigações de curto prazo. ii. Passivos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. iii. Capital social: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. b. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários, conforme legislação tributária vigente. c. Imobilizado: Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Considerando a conclusão das obras e o início das operações em junho de 2008, aliado ao custo do imobilizado atender aos requerimentos do CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Companhia manteve o custo histórico como base de mensuração do ativo fixo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. d. Depreciação: A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início da operação da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009 e 474, de 7 de fevereiro de 2012. A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e, conforme avaliação da Administração do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL a PCH, ao final do prazo dessa autorização, caso não seja renovada, o valor residual dos bens será indenizado à Companhia. A Administração considera provável a renovação da autorização, considerando inclusive as Portarias MME nº 956/10 e nº 197/12, autorizando a prorrogação das PCHs Pacífico Mascarenhas e San Juan, respectivamente, por mais 20 anos, condicionada à realização de pequena melhoria operacional, o que a Administração entende demonstrar a evidência de concreta possibilidade de prorrogação de autorização da PCH por mais 20 anos, entendendo assim estar em linha com um dos requerimentos do CPC 04 e OCPC 05. **Autorização e indenização:** A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, como produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos (ver Nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas. e. Intangível: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início do prazo de vigência de cada evento. f. Diferido: Registrado ao custo de formação. A amortização é calculada a contar da data do início de sua operação pelo prazo de cinco anos. A Companhia optou por manter o saldo do ativo diferido existente até a sua realização total por meio de amortização. g. Valor recuperável de ativos: O imobilizado, intangível e o diferido têm o seu valor recuperável avaliado, no mínimo, anualmente caso haja indicadores de perda de valor. A Companhia não apurou nenhuma indicação de perda que requeresse a contabilização de provisão para ajuste desses ativos ao seu valor de recuperação. h. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Receita líquida de vendas		15	15.480
Custos da venda de energia			15.439
Pessoal		(1.371)	(1.026)
Meio ambiente		(136)	(270)
Operação		(405)	(472)
Manutenção		(373)	(289)
Taxas setoriais		(57)	(57)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		(23)	(58)
Seguros		(107)	(71)
Depreciação e amortização		(1.717)	(1.925)
Outros custos		(332)	(413)
		(4.521)	(4.581)
Lucro bruto		10.959	10.858
Despesas administrativas			
Pessoal		(181)	(235)
Despesas administrativas e gerais		(93)	(201)
Outras despesas administrativas		(99)	(131)
		(373)	(567)
Lucro antes do resultado financeiro	16	10.586	10.291
Despesas financeiras	17	(2.492)	(3.219)
Receitas financeiras	17	198	219
Resultado financeiro		(2.294)	(3.000)
Lucro antes dos impostos		8.292	7.291
Imposto de renda	18	(328)	(351)
Contribuição social	18	(185)	(192)
		7.779	6.748
Lucro líquido do exercício		7.779	6.748
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$		0,4266	0,3701
Quantidade de ações ao final do exercício	13	18.235.009	18.235.009

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido do exercício		7.779	6.748
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total do exercício		7.779	6.748

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)						
	Reservas de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Dividendo de lucro proposto	Reserva especial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2011	19.284	753	-	4.555	-	24.592
Dividendos distribuídos	-	-	-	(4.555)	-	(4.555)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	6.748	6.748
Destinações:						
Reserva legal	-	338	-	356	(338)	356
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(356)	(356)
Reserva especial	-	-	4.808	-	(4.808)	-
Reserva retenção de lucros	-	-	-	-	(1.246)	(1.246)
Saldos em 31/12/2012	19.284	1.091	4.808	356	-	25.539
Dividendos pagos	-	-	(4.808)	(356)	-	(5.164)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	7.779	7.779
Destinações:						
Reserva legal	-	389	-	-	(389)	-
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	5.543	(5.543)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(1.847)	(1.847)
Saldos em 31/12/2013	19.284	1.480	-	5.543	-	26.307

registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido. i. Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. j. Receita operacional: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando a energia é gerada e a titularidade legal é transferida, conforme determinações legais do contrato de suprimento de energia elétrica, ou seja, todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador, o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade e os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. k. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. l. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no lucro presumido, de acordo com a legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. m. Demonstração do valor adicionado: A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis. n. Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado por período atribuído aos acionistas sobre as ações ordinárias em circulação no período. O resultado por ação diluído é igual ao básico nos exercícios de 2013 e 2012. o. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, sendo essas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e
Modificações às IFRS 9 e IFRS 7	Divulgações de Transição ²
Modificações às IFRS 10, 12 e IAS 27	Entidades de Investimento ¹
Modificações à IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros ¹

¹ Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. ² Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A Administração da Companhia espera que nenhum desses novos Pronunciamentos tenham efeito material sobre as demonstrações contábeis. 4. **Gerenciamento de risco:** A Companhia avaliou e considerou relevante a exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito: O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O contas a receber de clientes é formado por um único cliente - Eletrobrás via contrato de compra de energia pelo prazo de 20 anos. Este fato reduz o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim, não há exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda, ou perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 6. • Risco mercado: Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas dos índices econômicos - TJLP (índice de reajuste do contrato de financiamento junto ao BNDES). A Companhia administra e mensura esses riscos através do planejamento de fluxo de caixa realizado. • Risco operacional: O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e de manutenção corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações, bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens. Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, conforme Nota Explicativa nº 20. • Risco de liquidez: A Companhia utiliza o controle do custeio para auxiliar no monitoramento de exigências do fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Todo decêndio é estimado o desembolso em comparação com a sua entrada de caixa. O excedente de caixa é aplicado imediatamente no mercado financeiro em Certificado de Depósito Bancário (CDB) a taxas que variam de 96,5% a 101,8% em bancos de primeira linha. Assim, a Companhia garante um caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias de curto e longo prazos, excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. • Risco de juros: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são baixos, por serem realizadas em bancos de reconhecida liquidez e remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do CDI, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5. Os passivos financeiros existentes abrangem desembolsos saldos de financiamentos obtidos pela Companhia junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 12. Uma análise de sensibilidade dos ativos e passivos que representam riscos relevantes para a Companhia está apresentada na Nota Explicativa nº 19. • Gestão de capital: A política da Administração é manter uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da empresa através do acompanhamento mensal da realização orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Diretoria.

5. Caixa e equivalentes de caixa:	31/12/13	31/12/12
Bancos	7	28
Aplicação financeira	479	184
	486	212

As aplicações financeiras de liquidez imediata em CDB - DI, com risco insignificante de perda de valor, junto aos Bancos do Brasil e Santander, são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 96,5% a 101,8% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem compromisso de recompra a qualquer momento. 6. **Contas a receber:** Refere-se ao valor da venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. A Companhia registra o valor a receber referente à energia faturada conforme contratada pelo PROINFA. O período médio de crédito no contas a receber é de 35 dias. Não são cobrados juros sobre as contas a receber. A Companhia não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base em sua experiência histórica de realização de 100% do contas a receber passados e da análise da situação financeira atual de seu único devedor - Eletrobrás, inexistindo contas vencidas na data das demonstrações contábeis. 7. **Ativos vinculados - BNDES:** O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, refere-se a recursos recebidos pela Companhia decorrentes da venda de energia gerada e que estão vinculados ao BNDES. Esses ativos estão classificados como instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, o BNDES exige como garantia do financiamento a constituição de conta de reserva vinculada. Esta conta é uma aplicação financeira, no Fundo BB Comercial 17, com taxas que variaram entre 93,0% e 100,6%, do CDI, de liquidez imediata e baixo risco junto ao Banco do Brasil, que é a instituição financeira aprovada pelo BNDES para atuar como administradora das contas. Essa conta deverá ser utilizada para pagamento das parcelas do referido financiamento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/13	31/12/12
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		8.292	7.291
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Resultado na baixa do imobilizado	8	62	170
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	17	2.488	3.069
Depreciação e amortização		1.717	1.925
Variáveis nos ativos e passivos:			
Aumento em contas a receber		337	(143)
Redução em impostos a compensar		26	6
Aumento de despesas antecipadas		(16)	(7)
Redução em adiantamentos a funcionários		(4)	(9)
Aumento em adiantamentos diversos		(7)	-
Aumento em impostos e contribuições diferidas		(48)	-
Aumento em fornecedores		(45)	291
Redução em obrigações trabalhistas e previdenciárias		(5)	12
Aumento em outras obrigações		(32)	18
Redução em impostos e contribuições a recolher		20	14
Aumento na provisão para férias e 13º salário		(2)	14
Aumento em receita diferida		712	-
Aumento em provisões para compromissos futuros		-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		(512)	(545)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		12.983	12.106
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Redução em ativos vinculados - BNDES	7	144	119
Aquisição de imobilizado	8	(252)	(705)
Aquisição de intangível	9	(11)	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(119)	(593)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos	13	(6.094)	(5.454)
Financiamentos pagos	12	(3.996)	(3.996)
Juros pagos sobre financiamentos	12	(2.500)	(3.107)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.590)	(12.557)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		274	(1.044)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		212	1.256
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		486	212
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		274	(1.044)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31/12/2013 E 2012 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/13	31/12/12
1. Receita bruta de vendas	15	16.066	16.023
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		16.778	16.023
Ajuste do MRE		(712)	-
2. Insumos adquiridos de terceiros		1.442	1.458
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		276	1.03



CARANGOLA

CNPJ nº 07.063.934/0001-11

Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante	Total
2015	3.982
2016	3.982
2017	3.982
2018	3.982
2019 a 2020	7.962
	<u>23.890</u>

Mutação dos financiamentos em 2013:

Saldo inicial	32.078
Encargos provisionados	2.488
Pagamentos	(6.496)
Saldo final	<u>55.580</u>

As garantias são apresentadas conforme a seguir: (i) Em 4 de abril de 2006, através de contrato suporte com o BNDES, todos os acionistas da Brasil PCH S.A., controladora indireta da Companhia, se comprometeram a honrar qualquer deficiência que afete a capacidade de cumprimento das obrigações da Brasil PCH S.A., da PCH Participações S.A. e da Carangola Energia S.A. até a quitação das obrigações junto ao BNDES; (ii) Em 13 de abril de 2006, foi pactuado contrato de penhor das ações e vinculação das receitas e outras avenças com o BNDES para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes desses contratos; (iii) Constituição de conta de reserva vinculada, proveniente da venda de energia à Eletrobrás. A conta foi aberta no Banco Santander S.A., que atua como banco administrador de contas, indicado pela Companhia e aprovado pelo BNDES, e deverá atingir o limite de três vezes o valor da última prestação; (iv) A propriedade fiduciária das máquinas e dos equipamentos a serem adquiridos com recursos dessa operação; e (v) Não realização, sem autorização do BNDES, de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio enquanto não estiver preenchida a conta "Reserva do serviço da dívida", mencionada no item (iii) acima. Com vistas a atender cláusula do contrato de financiamento com o BNDES, segue-se o demonstrativo do Índice de Capitalização Próprio (ICP), calculado conforme contrato, em 31 de dezembro de 2013:

Patrimônio líquido	26.307
Total do ativo	59.351
ICP	<u>44,32%</u>

O índice apurado na data é superior ao ICP de 20% exigido pelo BNDES. **13. Patrimônio líquido:** a) Capital social: O artigo 5º do Estatuto da Controladora informa a existência de um capital aprovado da ordem de R\$19.284. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social subscrito e integralizado é de R\$19.284 e está representado por 18.325.009 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. b) Reservas: **Reserva legal:** Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. **Reserva especial:** Constituída com o objetivo de registrar a destinação dos resultados da Companhia até que o seu fluxo de caixa futuro permita tal distribuição sem riscos financeiros relevantes durante o período da concessão nos termos do artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** Constituída com o objetivo de registrar a retenção de lucros para cobrir o orçamento de capital nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. c) Dividendos: O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2013, foram pagos dividendos de ações ordinárias referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$6.094, resta a pagar um saldo de R\$644. Os dividendos referentes ao exercício de 2013 foram calculados conforme segue:

Lucro do exercício	7.779
(=) Base de cálculo	7.779
(-) Reserva legal	389
(=) Base de cálculo do dividendo	7.390
Dividendos obrigatórios	1.847
Dividendos adicionais propostos	<u>5.543</u>

14. Contingências: A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis, ambientais e de caráter comercial. A Companhia é parte em ações cíveis que tramitam em juízo correspondem às questões relativas à definição do valor das indenizações dos direitos de passagem aos proprietários de terras e a posse definitiva de terrenos. Os valores envolvidos, normalmente, são

depositados em juízo e reconhecidos como custo do imobilizado e intangível. Com base na posição de seus assessores jurídicos, não há processos envolvendo a Companhia em que a probabilidade de perda seja classificada como provável. Dessa forma, nenhuma provisão para contingências foi constituída.

15. Conciliação da receita operacional líquida:

Receita operacional bruta:		
Venda de energia elétrica	16.778	16.023
Ajuste de MRE	(712)	-
	<u>16.066</u>	<u>16.023</u>

Deduções à receita operacional:		
PIS	(109)	(104)
COFINS	(503)	(480)
	<u>(612)</u>	<u>(584)</u>

Deduções ao ajuste MRE		
PIS diferido	5	-
COFINS diferido	21	-
	<u>26</u>	<u>-</u>

Receita operacional líquida	<u>15.480</u>	<u>15.439</u>
-----------------------------	---------------	---------------

16. Despesas administrativas:

Pessoal	181	235
Serviços de terceiros	21	59
Viagens	33	120
Publicação	48	38
Arrendamentos e aluguéis	62	59
Outras despesas administrativas	28	56
	<u>373</u>	<u>567</u>

	<u>31/12/13</u>	<u>31/12/12</u>
--	-----------------	-----------------

17. Resultado financeiro:

Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(2)	(9)
Juros e atualizações monetárias sobre financiamentos	(2.488)	(3.069)
Outras despesas	(2)	(141)
	<u>(2.492)</u>	<u>(3.219)</u>

Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações em renda fixa	198	215
Outras receitas	-	4
	<u>198</u>	<u>219</u>

Resultado financeiro	<u>(2.294)</u>	<u>(3.000)</u>
----------------------	----------------	----------------

18. Imposto de renda e contribuição social: A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/13		31/12/12	
	IR(*)	CSLL	IR(*)	CSLL
Receita bruta	16.778	16.778	16.023	16.023
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Rendimentos e ganhos de aplicação financeira	198	198	219	219
Base de cálculo	1.540	2.211	1.501	2.142
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto sobre o resultado	385	199	375	192
Diferença de alíquota	(24)	-	(24)	-
	<u>361</u>	<u>199</u>	<u>351</u>	<u>192</u>

Receita ajuste MRE	(712)	(712)	-	-
Percentual para determinação da base de cálculo	8%	12%	-	-
Base de cálculo	(57)	(85)	-	-
Alíquota nominal	25%	9%	-	-
Outros ajustes	(19)	(6)	-	-
Imposto diferido sobre o resultado	(14)	(8)	-	-
Imposto total	<u>328</u>	<u>185</u>	<u>351</u>	<u>192</u>

(*) Até o limite de R\$240 mil a alíquota do IR é de 15%. **19. Instrumentos financeiros:** Os valores contábeis referentes aos ativos e passivos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo, se aproximam, substancialmente, dos seus correspondentes valores de mercado. A Companhia não efetuou operações com derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Abaixo está demonstrada uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que representam risco para a Companhia. O cenário provável representa o valor justo dos instrumentos financeiros, considerando a projeção das variáveis de risco para um período de 12 meses. Os cenários possível e remoto apresentam a deterioração dos preços considerando oscilação na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a essa mesma data. O cenário base foi obtido através de premissas disponíveis no mercado e considera a variação para 31 de dezembro de 2014: CDI (10,40%) e TJLP (5%).

					Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Operação	Exposição 31/12/13	Risco	Impacto				
Aplicação Financeira	479	Baixa do CDI	Resultado	50	37	25	
Ativos Vinculados ao BNDES	1.634	Baixa do CDI	Resultado	170	127	85	
Financiamentos BNDES	(28.070)	Alta da TJLP	Resultado	(1.404)	(1.754)	(2.105)	

20. Cobertura de seguro: Seguro de responsabilidade civil: A Companhia contratou cobertura de seguro para indenizações por danos civis no montante de R\$1.480, com vigência até 28 de abril de 2014, decorrentes de sentença judicial transitada em julgado ou de acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **Seguro de operação:** Em 28 de abril de 2013, com vigência até 28/04/2014, a Companhia renovou a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$122.018, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. (*) A avaliação da Administração quanto a adequação das coberturas dos seguros não foi examinada pelos auditores independentes. **21. Compromisso:** i. Licença de Implantação - Para cumprir as exigências da Licença de Implantação, resta pendente a quitação das Compensações Ambientais (Lei nº 9.985/2000 - SNUC), estimadas em R\$307, que, de momento, dependem de deliberação do agente Licenciador quanto ao pleito de pagamento, e assinatura de convênio, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. ii. Licença de Operação - Todas as Licenças de Operação estão válidas e em vigor. Para atendimento dos programas ambientais nela previstos, a empresa estima um gasto anual até o prazo de vigência da licença da ordem de R\$ 470. Em 31 de dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. iii. Legalização de terras - A Companhia possui contratos particulares de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de averbação no RGI, ainda precisam ser regularizadas, com um gasto estimado em R\$3. A regularização dessas servidões se estenderá até junho de 2015, em função das peculiaridades de cada situação. Em dezembro de 2013, este valor foi registrado no Passivo Não Circulante. **22. Autorização para conclusão das demonstrações contábeis:** A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de janeiro de 2014.

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

Abelardo Martins de Mello - Diretor; **Márcio Barata Diniz** - Diretor
Contadora: Natália Moreira dos Santos - CRC RJ - 104518/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Carangola Energia S.A. Rio de Janeiro - RJ.

Examinamos as demonstrações contábeis da Carangola Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, incluindo as notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Auditores Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados

nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Carangola Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase:** Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente: Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.e e 8, os bens

do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 2014

Deloitte

Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4